

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4T16

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco Pan S.A. ("Pan", "Banco" ou "Companhia") e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Desde 2011, a partir da assinatura do Acordo de Acionistas do Pan entre Caixa Econômica Federal ("Caixa"), através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A., e Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares realizadas com ambos os acionistas controladores, BTG Pactual e Caixa. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Pan alternativas de *funding* com custo competitivo.

Adicionalmente, o Pan mantém acordo de cooperação mútua junto à Caixa para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, e todos estes acordos demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Após recuar 1,2% em outubro, a produção industrial avançou 0,2% em novembro, porém, ainda aquém das expectativas do mercado. No contexto geral, o desempenho da produção industrial permanece ruim, apresentando grande dificuldade para estabilização.

Do lado da demanda, a Pesquisa Mensal do Comércio de novembro apontou avanço mensal de 2,0% no conceito restrito, acumulando queda de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto o conceito ampliado (que inclui vendas de veículos e materiais de construção) apresentou avanço de 0,6% no período, ambos os resultados influenciados pelas vendas no período de *"Black Friday"*.

A inflação encerrou o ano de 2016 em 6,29%, em comparação aos 10,67% em 2015, respeitando o intervalo da meta e seguindo trajetória declinante em direção ao centro. A prévia da inflação de janeiro, medida pelo IPCA-15, registrou variação mensal de 0,31% resultado bastante abaixo da variação de 0,92% verificada em igual período do ano anterior.

No mercado de trabalho, dezembro é historicamente um mês ruim para criação de empregos pois registram-se menos contratações e mais demissões, mas vale ressaltar que a divulgação de redução líquida de 462,4 mil postos de trabalho foi melhor quando comparada aos resultados de dezembro de 2014 e 2015, -555,5 mil e 596,2 mil respectivamente. A economia perdeu 1,37 milhão de empregos em 2016, o equivalente a 3,5% do mercado formal de trabalho existente em dezembro de 2015.

A PNAO Contínua apontou elevação na taxa de desemprego para 11,9% no trimestre encerrado em novembro, frente à taxa de 2,9% em igual período do ano anterior. Em termos dessazonalizados, a taxa de desemprego também subiu, de 12,0% no trimestre encerrado em outubro para 12,3% em novembro. Apesar do aumento na taxa de desemprego, observamos avanço mensal de 0,2% na população ocupada, primeira alta mensal dos últimos 16 meses, impulsionado pelo setor informal. O rendimento médio real e a massa real de rendimentos avançaram, respectivamente, 0,5% e 0,6% no mês, ainda que contínuem rodando abaixo do mesmo período do ano passado em ambos os casos. Apesar da reação dos indicadores de emprego e dos rendimentos na margem, a subutilização da força de trabalho no Brasil permanece em patamares elevados e os resultados alcançados ainda não podem ser vistos como uma reversão da tendência negativa dos indicadores.

Em relação ao mercado de crédito, houve avanço na desaceleração das concessões de crédito em termos nominais para 2,3% em novembro na comparação anual, ante 2,0% registrado em outubro. Já a taxa de inadimplência para as operações com recursos livres apresentou leve recuo, mas permaneceu praticamente inalterada para as famílias, no patamar de 6,1%. A despeito do recuo nos juros e spread cobrados para instituições não financeiras, o mercado de crédito continua em processo de deterioração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Apesar do cenário atual, o Pan apresentou uma originação média mensal de créditos de R\$ 1.719 milhões durante o ano de 2016, valor 9% superior à média mensal de R\$ 1.573 milhões em 2015. Durante o 4º trimestre de 2016, o Pan registrou média mensal de R\$ 1.825 milhões, superior à média mensal de R\$ 1.818 milhões do 3º trimestre de 2016, impulsionada pelo volume de financiamento de veículos.

O saldo da Carteira de Crédito, que inclui as carteiras de varejo e empresas, encerrou o 4º trimestre em R\$ 19.196 milhões, apresentando alta de 3% em relação ao saldo de R\$ 18.716 milhões do 3º trimestre de 2016 e crescimento de 9% frente ao saldo de R\$ 17.603 milhões no 4º trimestre de 2015, com crescimento da carteira de consignado, que tem baixo risco de crédito.

Durante o 4º trimestre de 2016, foram realizadas cessões de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 2.891 milhões entre veículos, consignado e imobiliário. No ano de 2016, o montante de créditos cedidos sem coobrigação totalizou R\$ 9.861 milhões.

Crédito Consignado

Na comparação anual, o Pan originou R\$ 9.360 milhões em créditos consignados em 2016, aumento de 28% em relação aos R\$ 7.291 milhões originados em 2015.

Durante o 4º trimestre de 2016, o Banco concedeu R\$ 2.434 milhões em novos créditos consignados para servidores públicos e beneficiários do INSS, recuando 5% em relação aos R\$ 2.569 milhões originados no trimestre anterior, porém crescendo 79% em relação aos R\$ 1.358 milhões originados no 4º trimestre de 2015.

A carteira de crédito avançou de forma importante, contribuindo para a diversificação do portfólio total do Banco, alcançando R\$ 7.836 milhões ao final do 4º trimestre de 2016.

Financiamento de Veículos

O Banco está ativamente presente em 10.446 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 9% da originação total.

O ano de 2016 foi importante para o Pan no segmento de veículos, pois o banco lançou uma nova plataforma de originação e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas na esteira do produto. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos.

Mesmo com a retração apresentada pelo setor e o constante conservadorismo na concessão devido ao cenário macroeconômico, foram concedidos R\$ 1.786 milhões em novos financiamentos de veículos durante o 4º trimestre de 2016, registrando crescimento de 10% em relação aos R\$ 1.626 milhões originados durante o 3º trimestre de 2016, e 5% superior à originação de R\$ 1.702 milhões registrada no 4º trimestre de 2015. Apesar do crescimento registrado nos últimos trimestres do ano, durante o ano de 2016 a originação de créditos de veículos atingiu R\$ 6.541 milhões registrando recuo de 8% frente aos R\$ 7.118 milhões registrados em 2015. A carteira de crédito de veículos encerrou o trimestre em R\$ 5.229 milhões, avançando em relação aos R\$ 5.084 milhões do 3º trimestre de 2016.

A originação de veículos leves foi de R\$ 1.592 milhões no 4º trimestre de 2016, 12% superior aos R\$ 1.418 milhões originados no 3º trimestre de 2016 e 8% superior aos R\$ 1.477 milhões originados no 4º trimestre de 2015. A segregação de origens garante uma diversificação para o Banco em linha com nossa estratégia de mix, com 56% da produção de veículos leves originada em lojas multimarcas e 44% em concessionárias durante o 4º trimestre.

No financiamento de motos, o Pan originou R\$ 162 milhões no 4º trimestre de 2016, inferior aos R\$ 173 milhões do 3º trimestre de 2016 e aos R\$ 184 milhões do 4º trimestre de 2015.

Acompanhando a trajetória do mercado e conservadorismo do Banco, o segmento de veículos pesados registrou uma originação de R\$ 32 milhões no 4º trimestre de 2016, frente aos R\$ 36 milhões do 3º trimestre de 2016 e aos R\$ 40 milhões do 4º trimestre de 2015.

Empresas

Refletindo o cenário econômico atual, a carteira de crédito expandida para empresas, considerando o saldo de avais e fianças no valor de R\$ 279 milhões, encerrou o ano de 2016 com saldo de R\$ 3.190 milhões, frente ao saldo de R\$ 4.124 milhões ao final de 2015. Em dezembro de 2016, esta carteira apresentava saldo de R\$ 168 milhões em operações de ACC em dólares.

O Banco mantém uma política de diversificação de riscos apresentando alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos, além de possuir um nível expressivo de garantias em suas operações. Dessa forma, os 10 maiores clientes representavam apenas 4% do saldo total da carteira de crédito do Pan ao final deste 4º trimestre.

Cartões de Crédito – Institucional e Consignado

A base de cartões de crédito encerrou o ano de 2016 com 2,0 milhões de plásticos emitidos. O volume de transações atingiu o montante de R\$ 1,1 bilhão, em linha com o volume transacionado no trimestre anterior. Durante o ano de 2016, o volume de transações totalizou R\$ 4.079 milhões, superando em 14% o volume de R\$ 3.562 milhões transacionado em 2015.

A carteira de cartões evoluiu para R\$ 1.417 milhões no final do 4º trimestre de 2016 impulsionada pelo cartão consignado com saldo de R\$ 1.072 milhões.

Crédito Imobiliário

O Pan originou R\$ 70 milhões em créditos imobiliários durante o 4º trimestre de 2016, dentre os quais: (i) R\$ 43 milhões em créditos imobiliários para pessoas físicas nas modalidades de operações de refinanciamento (Crédito Fácil) e (ii) R\$ 27 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Brazilian Securities") para securitização.

Em 2016, pelo efeito de demanda, o Pan originou R\$ 248,7 milhões em créditos imobiliários em relação aos R\$ 316,5 milhões de 2015. Em função do volume de carteira cedida, o Pan encerrou o ano de 2016 com saldo de R\$ 774 milhões, com redução de 12% sobre os R\$ 879 milhões ao final de 2015.

Crédito Pessoal

No segmento de crédito pessoal, o Banco originou R\$ 114 milhões em novos financiamentos durante o 4º trimestre de 2016, frente aos R\$ 100 milhões do 3º trimestre e aos R\$ 109 milhões do 4º trimestre de 2015. Na comparação anual, o volume de financiamentos nesse segmento registrou queda de 13%.

Consórcio

A venda de consórcios registrou o montante de R\$ 80 milhões no 4º trimestre de 2016, frente aos R\$ 111 milhões no trimestre anterior e aos R\$ 201 milhões no 4º trimestre de 2015. No ano de 2016, a venda de consórcios acumulou o montante de R\$ 866 milhões, frente aos R\$ 462 milhões em 2015.

Seguros

Com base no acordo operacional de distribuição firmado com a Pan Seguros S.A., válido até dezembro de 2034, o Pan originou o montante de R\$ 54 milhões em prêmios de seguros durante o 4º trimestre de 2016, 12% superior aos R\$ 48 milhões originados no 3º trimestre de 2016 e 31% superior aos R\$ 41 milhões originados no 4º trimestre de 2015, influenciado em grande parte pelo aumento na originação de financiamentos de veículos. Durante o ano de 2016, o Pan originou R\$ 185 milhões em prêmios de seguros frente aos R\$ 174 milhões originados em 2015.

Dentre os prêmios originados no 4º trimestre, observam-se: R\$ 43,9 milhões de seguro de proteção de crédito, R\$ 5,1 milhões de seguro habitacional, R\$ 3,2 milhões de seguro de cartões e R\$ 1,7 milhão em outros seguros.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$ 19,8 bilhões em dezembro de 2016, em linha com o saldo registrado ao final de setembro de 2016 e 4% superior ao saldo de R\$ 19,1 bilhões em dezembro de 2015. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos interfinanceiros, representando R\$ 11,8 bilhões, ou 59% do total; (ii) os depósitos a prazo, representando R\$ 2,5 bilhões, ou 13% do total; (iii) as letras de crédito imobiliário e de agronegócio, que representavam R\$ 2,0 bilhões, ou 10% do total; (iv) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 1,6 bilhão, ou 8% do total; (v) as letras financeiras equivalentes a R\$ 1,3 bilhão, ou 7% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 611 milhões, equivalentes a 3% das captações totais.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em suas demonstrações financeiras.

Despesas de Provisões

No 4º trimestre de 2016, as despesas de provisões para créditos totalizaram R\$ 306 milhões, enquanto que a recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão foi de R\$ 54 milhões. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 252 milhões. Em 2016, a despesa líquida de provisão de créditos foi de R\$ 890 milhões frente ao montante de R\$ 723 milhões em 2015, com contribuição importante de reforços de provisão na carteira de plano empresarial, que representa menos de 3% da carteira do banco.

Custos e Despesas

As despesas de pessoal e administrativas (Subtotal I) totalizaram R\$ 292 milhões no 4º trimestre de 2016, com leve redução frente aos R\$ 295 milhões do trimestre anterior. No ano de 2016, o montante foi de R\$ 1.147 milhões, mantendo-se praticamente estável em relação às despesas de R\$ 1.142 milhões em 2015, apresentando redução em termos reais.

As despesas com originação de créditos (Subtotal II) somaram R\$ 239 milhões ao final do trimestre, com queda de 6% frente aos R\$ 256 milhões do 3º trimestre de 2016. Já na comparação anual, essas despesas registraram crescimento de R\$ 625 milhões em 2015 para R\$ 902 milhões em 2016, aumento relacionado à mudança da regra de contabilização de tais despesas, bem como ao aumento do volume originado.

Resultado Líquido, Patrimônio e Capital

No 4º trimestre de 2016, o Pan apresentou lucro de R\$ 197,0 mil, frente ao prejuízo de R\$ 13,0 milhões no 3º trimestre de 2016. No ano de 2016, o Pan apresentou prejuízo de R\$ 237,2 milhões, frente ao lucro de R\$ 8,0 milhões em 2015, com grande efeito da regra de contabilização das despesas de comissões sobre a originação.

Além das influências mencionadas anteriormente, os resultados são impactados pelo volume e *mix* das cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. As cessões de carteira sem coobrigação (que incluem créditos de veículos, consignado e imobiliário) totalizaram R\$ 2.891 milhões no 4º trimestre de 2016 em comparação aos R\$ 2.647 milhões do anterior. No ano de 2016, este montante foi de R\$ 9.861 milhões, em comparação aos R\$ 10.488 milhões do ano anterior.

No 4º trimestre de 2016, a margem financeira líquida gerencial foi de 16,6%, frente aos 13,9% do 3º trimestre de 2016 e à margem de 11,7% registrada no 4º trimestre de 2015. No ano de 2016, a margem foi 13,2%, melhorando em relação aos 12,4% de 2015.

O Patrimônio Líquido Consolidado do Pan totalizou R\$ 3.412 milhões em dezembro de 2016, frente ao saldo de R\$ 3.412 milhões em setembro de 2016 e aos R\$ 3.644 milhões em dezembro de 2015.

O Índice de Baseleia do Conglomerado Prudencial encerrou o 4º trimestre de 2016 em 13,3%, sendo 9,5% de Capital Principal, frente aos 13,4%, com 9,6% de Capital Principal, registrados ao final do 3º trimestre de 2016 e aos 16,5% do 4º trimestre de 2015, com 11,9% de Capital Principal. O valor da Margem Operacional para o Conglomerado Prudencial no 4º trimestre foi de R\$ 487 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou neste exercício e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Nosso reconhecimento aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		12.726.831	10.794.488	12.942.074	11.369.818	Circulante		17.843.025	15.928.257	18.359.987	16.589.051
Disponibilidades	5	7.424	43.156	19.521	48.043	Depósitos	16.a	12.089.046	10.613.117	12.067.954	10.610.077
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.638.795	1.626.065	966.835	1.168.723	Depósitos à vista		60.015	75.647	54.762	73.247
Aplicações no mercado aberto		891.796	1.084.203	891.796	1.084.203	Depósitos interfinanceiros		11.736.273	10.060.290	11.736.273	10.060.044
Aplicações em depósitos interfinanceiros		746.999	541.862	75.039	84.520	Depósitos a prazo		292.758	477.180	276.919	476.786
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	692.063	219.766	719.629	287.390	Captações no mercado aberto	16.b	1.927.684	1.543.421	1.927.684	1.543.420
Carteira própria	7.a	47.809	81.691	71.871	144.005	Carteira própria		1.222.172	1.121.672	1.222.172	1.121.671
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	626.015	63.296	626.015	63.296	Carteira de terceiros		705.512	152.179	705.512	152.179
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	18.239	62.769	18.239	62.769	Carteira livre movimentação		-	269.570	-	269.570
Vinculados a prestação de garantias	7.a	-	12.010	3.504	17.320	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	1.569.596	2.114.167	2.031.748	2.705.900
Relações interfinanceiras		17.875	21.357	17.875	21.357	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.569.596	2.114.167	2.031.748	2.705.900
Pagamentos e recebimentos a liquidar		20	-	20	-	Relações interfinanceiras		155.796	102.786	155.796	102.786
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		1.299	2.959	1.299	2.959	Correspondentes no País	17	155.796	102.786	155.796	102.786
Correspondentes no país		16.556	18.398	16.556	18.398	Relações interdependências		6.785	28.988	6.785	28.988
Operações de crédito	8	7.382.991	6.134.614	7.911.474	6.814.562	Recursos em trânsito de terceiros		6.785	28.988	6.785	28.988
Operações de crédito - setor privado		8.112.020	6.725.116	8.784.513	7.488.064	Obrigações por empréstimos	18.a	-	-	2.038	1.096
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(729.029)	(590.502)	(873.039)	(673.502)	Empréstimos no Exterior		-	-	-	2.038
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	913	6.132	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	33.996	3.393	33.996	3.393
Operações de arrendamento a receber		-	-	1.541	7.944	Instrumentos financeiros derivativos		33.996	3.393	33.996	3.393
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	(628)	(1.812)	Outras obrigações		2.060.122	1.522.385	2.133.962	1.593.391
Outros créditos		2.795.413	2.330.686	2.909.912	2.474.553	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	9.a	15.016	10.714	15.142	11.040
Carteira de câmbio	9.a	172.569	245.201	172.569	245.201	Carteira de câmbio		650	6	650	6
Rendas a receber		4.150	5.323	1.728	1.485	Sociais e estatutárias		42.086	42.286	42.760	45.053
Negociação e intermediação de valores		2.535	4.169	3.119	5.233	Fiscais e previdenciárias	21.a	51.580	35.499	74.195	59.203
Recebíveis imobiliários	10	-	-	13.031	7.218	Negociação e intermediação de valores		1.399	10.153	33.390	45.341
Títulos e créditos a receber	8 e 11	812.757	842.258	831.970	855.013	Dívidas subordinadas	19	88.113	250.782	88.113	250.782
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(58.028)	(59.357)	(58.747)	(59.593)	Diversas	21.b	1.861.278	1.172.945	1.879.736	1.181.966
Diversos	11	1.861.430	1.293.092	1.946.242	1.419.996	Exigível a longo prazo		5.333.438	5.228.803	5.732.633	5.862.660
Outros valores e bens		192.270	418.844	395.915	549.058	Depósitos	16.a	2.459.843	1.608.419	2.266.580	1.487.034
Outros valores e bens	12.a	149.054	140.922	36							

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

Nota explicativa	Banco		Consolidado		
	2º Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas da intermediação financeira	3.732.713	6.322.065	7.173.993	6.556.749	7.515.424
Receitas de operações de crédito	3.612.861	6.639.841	6.097.774	6.922.869	6.385.582
Resultado de operações de arrendamento mercantil	-	-	-	2.354	9.281
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	223.033	470.917	363.077	463.431	386.636
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(103.181)	(788.693)	713.142	(831.905)	733.825
Despesas da intermediação financeira	(1.938.846)	(3.451.020)	(4.396.103)	(3.677.204)	(4.636.533)
Operações de captação no mercado	(1.462.815)	(2.464.145)	(3.630.621)	(2.573.774)	(3.755.337)
Operações de empréstimos e repasses	16.d	-	-	16.243	(40.073)
Resultado de operação de câmbio	9.b	10.692	(1.245)	183.775	(1.245)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(486.723)	(985.630)	(949.257)	(1.118.428)	(1.024.898)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.793.867	2.871.045	2.777.890	2.879.545	2.878.891
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.804.023)	(3.211.565)	(2.879.392)	(3.263.455)	(3.003.307)
Receitas de prestação de serviços	23	235.588	456.865	450.606	489.405
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	621	(61.377)	(39.073)	33.157
Despesas de pessoal	24	(232.459)	(392.041)	(303.245)	(508.815)
Outras despesas administrativas	25	(1.197.460)	(2.121.623)	(1.878.587)	(2.072.511)
Despesas tributárias	26	(112.786)	(189.696)	(184.022)	(235.121)
Outras receitas operacionais	27.a	91.107	255.426	216.237	291.446
Outras despesas operacionais	27.b	(588.634)	(1.159.119)	(1.141.308)	(1.260.986)
Resultado operacional	(10.156)	(340.520)	(101.502)	(383.910)	(124.415)
Resultado não operacional	28	(29.364)	(59.606)	(66.498)	(74.422)
Resultado antes da tributação sobre o Resultado e participações	(39.520)	(400.126)	(155.964)	(450.408)	(198.838)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	32.a	26.750	162.888	164.016	213.168
Provisão para imposto de renda	(1.770)	(5.673)	(618)	23.128	9.661
Provisão para contribuição social	(1.902)	(4.376)	(741)	(7.190)	(2.397)
Ativo fiscal diferido	30.422	172.937	165.375	197.230	199.624
Participação de acionistas minoritários	-	-	-	2	2
Prejuízo/lucro líquido	(12.770)	(237.238)	8.052	(237.238)	8.052
Juros sobre o capital próprio	-	-	(3.152)	-	(3.152)
Prejuízo/lucro líquido por ação em circulação - em R\$ (Representado por 929.040.163 ações em 31/12/2016 e 31/12/2015)	(0,01)	(0,26)	0,01	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado		
	2º Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	2.701.142	4.363.211	5.274.059	4.415.198	5.489.468
Intermediação financeira	3.732.713	6.322.065	7.173.993	6.556.749	7.515.424
Prestação de serviços	235.588	456.865	450.606	489.405	480.926
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(486.723)	(985.630)	(949.257)	(1.118.428)	(1.024.898)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(780.436)	(1.430.089)	(1.401.283)	(1.512.528)	(1.481.984)
Despesas de intermediação financeira	(1.452.123)	(2.465.390)	(3.446.846)	(2.558.776)	(3.611.635)
Insumos adquiridos de terceiros	(896.100)	(1.565.011)	(1.383.595)	(1.464.761)	(1.195.706)
Materiais, energia e outros	(1.414)	(2.382)	(1.896)	(3.841)	(3.701)
Serviços de terceiros	(108.576)	(195.853)	(149.911)	(228.483)	(190.902)
Comissões pagas a correspondentes bancários	(786.111)	(1.366.777)	(1.231.788)	(1.232.438)	(1.001.913)
Valor adicionado bruto	352.919	332.810	443.618	391.661	682.127
Depreciações e amortizações	(24.290)	(47.535)	(38.839)	(64.627)	(54.618)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	328.629	285.275	406.779	327.034	627.509
Valor adicionado recebido em transferência	621	(61.377)	(39.073)	33.157	-
Resultado de equivalência patrimonial	621	(61.377)	(39.073)	33.157	-
Valor adicionado total a distribuir	329.250	223.898	367.706	360.191	627.509
Distribuição do valor adicionado	329.250	223.898	367.706	345.308	624.242
Pessoal	197.410	332.725	264.288	429.373	454.317
Remuneração direta	151.332	258.564	213.020	328.656	355.317
Benefícios	33.517	51.819	34.942	71.222	71.156
FGTS	11.078	19.740	13.130	27.084	24.339
Outros	1.484	2.603	3.196	2.771	3.505
Impostos, taxas e contribuições	121.132	86.213	60.736	101.487	113.033
Federal	110.135	64.913	38.880	60.375	67.496
Estadual	2	3	1	7	13
Municipal	10.994	21.296	21.855	41.105	45.524
Remuneração de capitais de terceiros	23.478	42.198	34.630	51.328	48.842
Aluguéis	23.478	42.198	34.630	51.328	48.842
Remuneração de capitais próprios	(12.770)	(237.238)	8.052	(237.240)	8.050
Prejuízos/lucros retidos	(12.770)	(237.238)	4.900	(237.238)	4.900
Juros sobre o capital próprio provisionado	-	-	3.152	-	3.152
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	(2)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. ("Banco", "PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizada a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento às empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário às pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, emissão de certificados de recebíveis do agronegócio - CRAs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza operações de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira.

Através de um acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A., abaixo demonstrado na composição acionária atual do Banco PAN:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	3	-	4	-	7	-
Mercado	5	-	179.246.343	45,49	179.246.348	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas ("Consolidado"), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- Ao longo de 2016 o Banco Central aprovou os CPC's abaixo mencionados que passaram a vigorar em 01/01/2017:
- CPC 04 - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; e
- CPC 27 - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2016, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 06/02/2017.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2016	31/12/2015
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	99,97
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	100,00	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	99,99
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)	-	99,99

(1) Empresa incorporada pelo Banco Pan S.A. em 20/12/2016 (aguardando aprovação do BACEN).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Ajustamento do resultado:
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:
As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:
Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e efetivamente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade de manter a sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:
Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carteira Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de hedge.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como hedge para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de swap, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e valor cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balço Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou Non Deliverable Forward - NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7c e 7g.

f) Operações de crédito:
As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de lucros		Legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/rejuizos acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.460.732	195.208	232	2.587	-	3.634.486
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	4.411	-	4.411
Lucro líquido	-	-	-	-	8.052	8.052
Destinações:	-	-	403	-	(403)	-
Reserva legal (nota 22b)	-	-	-	4.497	-	(4.497)
Transferência de lucros acumulados	-	-	-	-	(3.152)	(3.152)
Para reserva de juros provisionados (nota 22c)	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio provisionados (nota 22c)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.460.732	195.208	635	7.084	(19.862)	3.643.797
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.460.732	195.208	635	7.084	(19.862)	3.643.797
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	5.603	-	5.603
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(237.238)	(237.238)
A						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço patrimonial consolidado:	31/12/2016						31/12/2015					
	Financeiro (1) (2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de vendas (5) (6)	Outros (7) (8)	Eliminações (9)	Financeiro (1) (2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de vendas (5) (6)	Outros (7) (8)	Eliminações (9)
Ativo	12.839.568	1.888	123.667	14.626	32.222	(69.897)	12.942.074	1.888	123.667	14.626	32.222	(69.897)
Circulante	13.851.293	52.051	271.696	196.470	132.215	(214.470)	14.289.255	52.051	271.696	196.470	132.215	(214.470)
Realizável a longo prazo	878.236	113	2.824	4.055	-	(610.961)	274.247	113	2.824	4.055	-	(610.961)
Permanente	27.569.097	54.052	398.187	215.151	164.437	(895.348)	27.505.576	54.052	398.187	215.151	164.437	(895.348)
Total em 31/12/2016	25.994.196	36.610	400.737	279.645	153.355	(767.451)	26.097.092	36.610	400.737	279.645	153.355	(767.451)
Total em 31/12/2015	25.994.196	36.610	400.737	279.645	153.355	(767.451)	26.097.092	36.610	400.737	279.645	153.355	(767.451)

b) Demonstração do resultado consolidado:	31/12/2016						31/12/2015					
	Financeiro (1) (2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de vendas (5) (6)	Outros (7) (8)	Eliminações (9)	Financeiro (1) (2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de vendas (5) (6)	Outros (7) (8)	Eliminações (9)
- Receitas da intermediação financeira	6.536.663	1.835	(8.797)	33.962	17.694	(24.608)	6.556.749	1.835	(8.797)	33.962	17.694	(24.608)
- Despesas da intermediação financeira	(3.718.055)	-	16.243	-	-	24.608	(3.677.204)	-	16.243	-	-	24.608
Resultado bruto da intermediação financeira	2.818.608	1.835	7.446	33.962	17.694	-	2.879.545	1.835	7.446	33.962	17.694	-
- Outras receitas/despesas operacionais	(3.230.670)	(7.758)	(11.779)	(45.700)	(1.305)	-	(3.296.612)	(7.758)	(11.779)	(45.700)	(1.305)	-
- Resultado de equivalência patrimonial	29.888	-	-	-	-	3.270	33.157	-	-	-	-	3.270
- Resultado não operacional	(65.853)	-	70	(716)	-	(66.498)	(66.498)	-	70	(716)	-	(66.498)
- Provisão para IR e CSLL	210.787	1.984	1.321	4.553	(5.477)	-	213.168	1.984	1.321	4.553	(5.477)	-
- Minoritário	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Resultado líquido em 31/12/2016	(237.238)	(3.939)	(2.342)	(7.901)	10.912	3.270	(237.238)	(3.939)	(2.342)	(7.901)	10.912	3.270
Resultado líquido em 31/12/2015	(12.187)	(511)	(7.318)	6.385	(40.828)	62.511	(8.052)	(511)	(7.318)	6.385	(40.828)	62.511

(1) Representado pelas empresas Banco Pan S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;
 (2) Em 30/09/2015 a empresa BMSR II Participações S.A. foi totalmente cindida;
 (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.;
 (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
 (5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;
 (6) A empresa Panserv Prestadora de Serviços Ltda. foi incorporada pelo Banco Pan em 20/12/2016;
 (7) Representados pelas empresas Brazilian Finance & Real Estate S.A. e Pan Holding S.A.;
 (8) Em 30/09/2015 a empresa Pan Holding S.A. foi totalmente cindida; e
 (9) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades em moeda nacional	290	12.171	12.387	17.058
Disponibilidades em moeda estrangeira	7.134	30.985	7.134	30.985
Total de disponibilidades (caixa)	7.424	43.156	19.521	48.043
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	353.543	-	353.543
Total	7.424	396.699	19.521	401.586

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:	Banco					Consolidado	
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Posição bancada	-	-	-	-	-	18.000	-
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do tesouro nacional - NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição financiada	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição vendida	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.641	58.242	118.004	564.112	9.289	756.288	627.594
Total em 31/12/2016	6.641	950.038	118.004	564.112	9.289	1.648.084	-
Total em 31/12/2015	32.158	1.102.432	49.284	442.191	85.732	1.711.797	-
Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Posição bancada	-	-	-	-	-	18.000	-
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do tesouro nacional - NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição financiada	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição vendida	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.641	58.242	118.004	564.112	9.289	756.288	627.594
Total em 31/12/2016	6.641	950.038	118.004	564.112	9.289	1.648.084	-
Total em 31/12/2015	32.158	1.102.432	49.284	442.191	85.732	1.711.797	-
Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Posição bancada	-	-	-	-	-	18.000	-
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do tesouro nacional - NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição financiada	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição vendida	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.641	58.242	118.004	564.112	9.289	756.288	627.594
Total em 31/12/2016	6.641	950.038	118.004	564.112	9.289	1.648.084	-
Total em 31/12/2015	32.158	1.102.432	49.284	442.191	85.732	1.711.797	-
Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Posição bancada	-	-	-	-	-	18.000	-
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do tesouro nacional - NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição financiada	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição vendida	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.641	58.242	118.004	564.112	9.289	756.288	627.594
Total em 31/12/2016	6.641	950.038	118.004	564.112	9.289	1.648.084	-
Total em 31/12/2015	32.158	1.102.432	49.284	442.191	85.732	1.711.797	-
Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Posição bancada	-	-	-	-	-	18.000	-
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do tesouro nacional - NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição financiada	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição vendida	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.641	58.242	118.004	564.112	9.289	756.288	627.594
Total em 31/12/2016	6.641	950.038	118.004	564.112	9.289	1.648.084	-
Total em 31/12/2015	32.158	1.102.432	49.284	442.191	85.732	1.711.797	-
Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Posição bancada	-	-	-	-	-	18.000	-
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do tesouro nacional - NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição financiada	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição vendida	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.641	58.242	118.004	564.112	9.289	756.288	627.594
Total em 31/12/2016	6.641	950.038	118.004	564.112	9.289	1.648.084	-
Total em 31/12/2015	32.158	1.102.432	49.284	442			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

AA	Níveis de risco							Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015	
	Operações em curso normal									
	A	B	C	D	E	F	G	H		
Parcelas vincendas	13.100.379	1.129.792	477.803	236.969	38.239	14.020	9.765	32.552	15.039.519	13.597.097
01 a 30	1.772.010	43.872	69.627	9.851	1.445	820	376	13.501	1.911.502	1.434.497
31 a 60	495.515	53.783	25.928	33.289	669	198	128	969	610.479	566.553
61 a 90	459.593	46.277	25.515	7.742	646	1.809	1.580	736	543.898	524.563
91 a 180	1.190.866	201.094	70.641	86.639	25.513	2.145	236	1.325	1.578.459	1.535.718
181 a 365	1.957.771	331.900	137.248	37.540	2.528	8.037	6.291	10.098	2.491.413	2.357.854
Acima de 365	7.224.624	452.866	148.844	61.908	7.438	1.011	1.154	5.923	7.903.768	7.177.912
Subtotal	13.100.379	1.129.792	477.803	236.969	38.239	14.020	9.765	32.552	15.039.519	13.597.097
Provisão requerida	65.502	11.298	14.335	23.697	11.472	7.009	6.836	32.552	172.701	171.758
Total (1)	14.075.994	1.592.296	1.024.491	793.494	329.045	243.241	172.942	686.143	18.917.646	17.325.766
Total Provisão	70.380	15.923	30.735	79.349	98.714	121.620	121.059	686.143	1.223.923	1.053.454

(1) Não inclui marcação a mercado no montante de R\$ 165.273 (Nota 8a).
 c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do exercício	954.613	842.259	1.070.436	959.818
- Constituição/reversão de provisão	985.630	949.257	1.118.428	1.024.898
- Baixas contra a provisão	(868.592)	(836.903)	(940.149)	(914.290)
Saldo do fim do exercício	1.071.651	954.613	1.248.715	1.070.436
Créditos recuperados (2)	200.789	259.249	228.680	302.334
Efeito no resultado (3)	(784.841)	(690.008)	(889.748)	(722.564)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11); e (iv) créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios (Nota 21b);
 (2) No exercício findo em 31/12/2016, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 228.680 (sendo R\$ 200.789 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 2.958 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 24.933 de recuperação de créditos imobiliários); e
 (3) Despesa de provisão constituída deduzido a receita de créditos recuperados.
 d) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	Banco		Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Pessoa física	14.568.685	82,87	12.100.600	76,66	15.341.467	81,08
Agroindústria	498.061	2,83	676.591	4,28	498.061	2,63
Agúcar e etanol	182.903	1,04	252.963	1,60	182.903	0,97
Agronegócio e proteína animal	315.158	1,79	423.628	2,68	315.158	1,66
Comércio	586.445	3,34	706.584	4,48	586.544	3,11
Atacado e varejo	586.445	3,34	706.584	4,48	586.544	3,11
Indústrias de base	283.179	1,61	445.576	2,82	283.469	1,51
Autopeças	16.382	0,09	11.814	0,07	16.382	0,09
Indústria química	23.103	0,13	49.269	0,31	23.103	0,13
Outras indústrias	147.288	0,84	308.810	1,96	147.578	0,78
Papel e celulose	68.522	0,39	65.280	0,41	68.522	0,36
Têxtil	27.884	0,16	10.403	0,07	27.884	0,15
Serviços	1.643.674	9,35	1.855.576	11,76	2.208.105	11,67
Construção e incorporação	803.443	4,57	886.401	5,62	1.366.635	7,22
Financeiros	137.020	0,78	113.421	0,72	137.020	0,71
Locação de veículos	22.003	0,13	31.621	0,20	22.003	0,12
Mídia, TI e Telecom	2.327	0,01	18.647	0,12	2.327	0,01
Outros serviços	480.411	2,73	609.792	3,86	481.650	2,55
Saúde, segurança e educação	35.435	0,21	4.636	0,03	35.435	0,19
Transporte e logística	139.360	0,79	177.374	1,12	139.360	0,74
Utilitários	23.675	0,13	13.684	0,09	23.675	0,13
Total (1)	17.580.044	100,00	15.784.927	100,00	18.917.646	100,00

Não inclui marcação a mercado no montante de R\$ 165.273 (Nota 8a).
 e) Concentração das operações de crédito:

Maiores devedores	Banco		Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
Valor	%	Valor	%	Valor	%	
10 maiores devedores	405.678	2,31	465.059	2,95	434.910	2,31
50 seguintes maiores devedores	909.449	5,17	1.039.428	6,58	1.042.311	5,51
100 seguintes maiores devedores	889.182	5,06	1.099.030	6,96	1.026.921	5,43
Demais devedores	15.375.735	87,46	13.181.410	83,51	16.413.504	86,75
Total	17.580.044	100,00	15.784.927	100,00	18.917.646	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:
 I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Banco			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	Resultado (1)	31/12/2016	31/12/2015	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	4.816.223	4.492.214	324.009	5.706.863	5.296.568	410.295
Empréstimo em consignação	6.941.601	5.177.993	1.763.608	6.241.440	5.025.384	1.216.056
Financiamentos habitacionais	6.149	6.097	52	170.341	168.463	1.878
Empreendimentos imobiliários	-	-	-	2.853	2.830	23
Empréstimos com garantia imobiliária	230.030	214.049	15.981	-	-	-
Total	11.994.003	9.890.353	2.103.650	12.121.497	10.493.245	1.628.252

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".
 II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilizações por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 350.438, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 419.142 em 31/12/2015), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 414.116 (R\$ 489.692 em 31/12/2015).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Crédito direto ao consumidor (1)	2.103.650	1.628.252	2.133.119	1.633.727
Empréstimos em consignação (1)	1.366.885	1.460.885	1.366.885	1.460.885
Cartão de crédito	1.712.913	1.185.966	1.712.913	1.185.966
Financiamento à exportação	593.124	438.772	593.124	438.777
Capital de giro/Conta Garantida	259.076	680.353	259.076	680.353
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (2)	346.772	404.492	346.772	404.492
Crédito pessoal (1)	200.789	259.249	228.680	302.334
Renegociações	41.286	27.688	41.286	27.688
Habitacionais	13.842	7.981	13.842	7.976
Rendas de empreendimentos imobiliários	364	1.811	81.078	91.954
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	-	-	13.809	28.005
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	-	-	132.978	127.995
Outras	1.140	2.325	521	2.486
Total	6.639.841	6.097.774	6.925.223	6.394.963

(1) Marcação a mercado de hedge contábil sobre os créditos de varejo: Consórcio, Veículos e Crédito Pessoal.
 (2) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e
 (3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:
 Banco e Consolidado

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo - outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	164.620	233.525
Rendas a receber	7.949	11.676
Total do ativo	172.569	245.201
Passivo - outras obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	165.441	190.690
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(164.791)	(190.684)
Total do Passivo	650	6

b) Resultado de operação de câmbio:
 Banco e Consolidado

	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de financiamento à exportação	185.982	759.326
Varição cambial	(187.227)	(575.551)
Total	(1.245)	183.775

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que poderão ser utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2016	31/12/2015
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	4.997	6.182
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/GPM/POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	22.402	33.597
Total				27.399	39.779

(1) As referidas tranches foram securitizadas.
 Qualidade do crédito:
 Os contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.
 Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Créditos tributários (Nota 32b)	2.875.973	2.686.160	3.292.108	3.061.285
Valores a receber por cessão de créditos	1.128.806	921.297	1.128.806	921.297
Títulos e créditos a receber (1)	838.371	942.737	897.463	956.469
Depósitos judiciais e fiscais	236.543	205.857	266.922	243.404
Impostos e contribuições a compensar	201.784	204.598	255.616	276.376
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	100.109	62.814	100.109	62.814
Valores a receber de sociedades ligadas	45.307	37.257	36.730	30.607
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	10.724	5.849	11.427	6.603
Benefício residual em operações securitizadas (3)	-	-	2.927	8.433
Adiantamentos e antecipações salariais	1.531	908	1.592	1.526
Outros	118.386	62.703	126.643	70.964
Total	5.557.534	5.130.180	6.120.343	5.639.778

(1) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;
 (2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2016 é de R\$ 21.583 (R\$ 13.710 em 31/12/2015); e (ii) provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 2.945 (R\$ 2.706 em 31/12/2015); e
 (3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Banco		Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Valor residual	Provisão para perdas	Custo	Valor residual	Provisão para perdas	Custo
Veículos	22.469	(4.100)	18.369	26.925	22.508
Veículos em regime especial	26.118	(20.842)	5.276	27.606	(20.843)
Imóveis	99.827	(14.625)	85.202	73.196	309.169
Imóveis em regime especial	-	-	-	4.794	1.585
Total dos bens não de uso próprio	148.414	(39.567)	108.847	104.116	364.077
Outros bens	640	-	640	640	640

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retornados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.
São representados por: crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário. Em 31/12/2016 montavam a R\$ 155.796 (R\$ 102.786 em 31/12/2015).

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Saldo patrimonial:	Até 30 dias				31 a 90 dias				91 a 180 dias				181 a 360 dias				Acima de 360 dias											
	31/12/2016				31/12/2015				31/12/2016				31/12/2015				31/12/2016				31/12/2015							
Consolidado																												
No exterior (1)(2)	-				-				-				2.038				132.063				134.101				154.730			
Total em 31/12/2016	-				-				-				2.038				132.063				134.101				-			
Total em 31/12/2015	1.096				-				-				-				153.634				-				154.730			

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e
(2) Objeto de hedge contábil (Nota 7).

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
No País (1)	-	(14.485)
No Exterior (2)(3)	16.243	(25.588)
Total	16.243	(40.073)

(1) CCB (cédula de crédito bancário) liquidado em 04/12/2015 junto ao Credit Suisse;
(2) Em 31/12/2015 foi reclassificado o montante de R\$ (3.267) para Outras despesas operacionais; e
(3) O montante de variação cambial totalizou em 31/12/2016 uma receita de R\$ 26.019 (e uma despesa de R\$ (25.846) em 31/12/2015).

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015
No Exterior (1) (2):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.576.844	2.203.182
No País:						
2018 (3)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	17.190	14.876
2019 (4)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	156.631	139.288
2019 (5)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	681	589
Total					1.751.346	2.357.935

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016 (despesa de R\$ (207.498) no exercício findo em 31/12/2015). Essa operação possui hedge de risco de mercado (Nota 7);
(2) Em 23/06/2016 foi realizado liquidação antecipada dos (Bonds) correspondente a 8,64% da dívida no montante de US\$ 43.208;
(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 2005/2012 com vencimento em 22/05/2018;
(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e
(5) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretenso enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras - em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	206.726	141.534	222.741	153.638
Processos trabalhistas	174.230	98.623	188.330	132.741
Processos tributários	323	3.635	11.538	17.317
Total (Nota 21b)	381.279	243.792	422.609	303.696

II - Movimentação das provisões:

	Cíveis		Trabalhistas		Tributárias		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 31/12/2015	141.534	98.623	3.635	243.792	-	-	145.169	242.415
Saldo oriundo de incorporação	361	50.331	-	-	-	-	50.692	-
Baixas	(96.254)	(76.872)	(5)	(173.131)	(5)	(3.307)	(178.137)	(206.933)
Constituições líquidas de reversões	161.085	102.148	(3.307)	259.926	(3.307)	(3.307)	256.619	256.619
Saldo em 31/12/2016	206.726	174.230	323	381.279	323	323	381.279	303.696
Consolidado	381.279	243.792	422.609	303.696	422.609	303.696	422.609	303.696
Saldo em 31/12/2015	141.534	98.623	3.635	243.792	-	-	145.169	242.415
Baixas	(101.579)	(102.669)	(12)	(204.260)	(12)	(12)	(204.260)	(204.260)
Constituições líquidas de reversões	170.682	158.258	(5.767)	323.173	(5.767)	(5.767)	317.406	317.406
Saldo em 31/12/2016	222.741	188.330	11.538	422.609	11.538	11.538	422.609	303.696

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Sistema Financeiro Nacional ou das empresas controladas.

III - Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda resultado de diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais antes do julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco Pan S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu auto de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo e aguarda julgamento.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de infração ao Banco Pan S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de swap da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Processos ainda em fase de julgamentos na esfera administrativa. Os processos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 2º trimestre de 2016, o Banco Pan S.A. recebeu dois autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visa exigir ISS incidentes sobre honorários decorrentes de serviços de cobrança, no período de 11/2011 a 10/2012, cujo montante atualizado de principal, multa e juros totalizou R\$ 8.650. O processo encontra-se no Conselho Municipal de Tributos, aguardando decurso do prazo para apresentação de recursos em face de decisão que determinou o cancelamento do Auto de Infração.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
COFINS a recolher	18.112	12.426	18.938	15.118
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.593	6.969	6.739	7.315
Impostos e contribuições sobre salários	14.993	8.703	15.589	15.429
PIS a recolher	2.943	2.019	3.085	2.559
ISS a recolher	2.076	2.066	2.141	3.044
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	1.382	1.896	1.382	2.075
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.481	1.420	21.081	13.664
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	-	-	87.302	93.798
Total	51.580	35.499	156.257	153.002

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cessão com retenção de riscos (1)	413.853	489.692	413.853	489.692
Operações com cartão de crédito	665.762	664.694	665.762	664.709
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	381.279	243.792	422.609	303.696
Provisão para pagamentos a efetuar	489.878	209.437	492.834	225.313
Arrecadação de cobrança	77.260	51.281	77.501	51.521
Valores a pagar a sociedades ligadas	21.446	34.505	20.190	14.759
Valores específicos de consórcio	-	-	4.080	7.366
Provisão para cartas de fiança (Nota 8c)	264	566	264	566
Outros	36.423	34.041	38.700	39.806
Total	2.086.165	1.728.008	2.135.793	1.797.428

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2016 e 31/12/2015. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal - Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido - Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

No exercício de 2016, os saldos da reserva legal, reserva para integridade do Patrimônio Líquido e de reserva de capital foram utilizados integralmente para a absorção do prejuízo do exercício.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião do Conselho de Administração de 01/02/2016, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2015, referendado na Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as contas dos administradores de 2015, no valor bruto de R\$ 3.152, sendo R\$ 0,003392520 brutos por ação (R\$ 0,002881753 líquido de imposto de renda na fonte de 15%). A seguir demonstra-se o cálculo dos juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31/12/2015.

	31/12/2015	% (1)
Lucro líquido	8.052	
(-) Reserva Legal	(403)	
Base de cálculo	7.649	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	3.152	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(472)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	2.677	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operações de crédito	266.783	269.516	266.885	289.674
Rendas de cartões	120.831	105.108	120.831	105.108
Rendas de comissão/intermediação	59.254	49.251	61.002	49.533
Rendas de serviços de cobrança	805	1.570	805	1.570
Administração de consórcios	-	-	24.764	22.174
Outras	9.192	5.161	15.118	12.867
Total	456.865	450.606	489.405	480.926

24) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Proventos	242.454	196.733	303.764	322.796
Encargos Sociais	79.055	52.087	106.166	98.543
Benefícios	51.819	34.942	71.222	71.156
Honorários (Nota 29b)	16.110	16.287	24.892	32.521
Outros	2.603	3.196	2.771	3.505
Total	392.041	303.245	508.815	528.521

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.366.777	1.231.788	1.232.438	1.001.913
Serviços de terceiros	195.853	149.911	228.483	190.092
Serviços do sistema financeiro	145.107	148.789	153.169	152.407
Processamento de dados	137.816	110.849	140.334	113.518
Aluguéis	42.198	34.630	51.328	48.842
Comunicações	47.141	38.030	49.576	43.816
Depreciação e amortização	35.890	25.194	39.574	29.565
Propaganda, promoções e publicidade	16.807	22.915	19.777	26.773
Despesas com busca e apreensão de bens	28.767	24.827	28.767	25.058
Manutenção e conservação de bens	3.452	2.48		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Em 31/12/2016 e 31/12/2015, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Prazo máximo	Consolidado		31/12/2016 Receitas (despesas)	31/12/2015 Receitas (despesas)	Valor de referência					
		31/12/2016 Ativo (passivo)	31/12/2015 Ativo (passivo)			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
Disponibilidades (a)											
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	10.320	3.318	-	-	1.309.090	1.112.537	1.946.661	2.627.538		
Total		10.320	3.318	-	-	1.309.090	1.112.537	1.946.661	2.627.538		
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)											
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	5.327	13.039						
Caixa Econômica Federal	01/07/2016	-	-	5.647	2.539						
Total				10.974	15.578						
Cessão de crédito (c)											
Caixa Econômica Federal	-	1.128.806	921.297	-	-						
Total		1.128.806	921.297	-	-						
Outros créditos											
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	30.053	25.376	-	-						
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	6.583	4.583	-	-						
Panamericana Administradora e Corretora de Seguros de Previdência Privada Ltda.	Sem prazo	13	11	-	-						
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	456	-	-						
Total		36.649	30.426	-	-						
Depósitos à vista (d)											
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(340)	(245)	-	-						
Panamericana Administradora e Corretora de Seguros de Previdência Privada Ltda.	Sem prazo	(154)	(101)	-	-						
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(1)	(3)	-	-						
Total		(495)	(349)	-	-						
Depósitos interfinanceiros (e)											
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(435.077)	(310.000)	(66.077)	(213.264)						
Caixa Econômica Federal	26/01/2017	(11.231.214)	(9.691.077)	(1.484.658)	(857.720)						
Total		(11.666.291)	(10.001.077)	(1.550.735)	(1.070.984)						
Depósitos a prazo (f)											
Panamericana Administradora e Corretora de Seguros de Previdência Privada Ltda.	23/11/2018	(29.815)	(14.569)	(3.003)	(1.948)						
Banco BTG Pactual S.A.	19/07/2018	(208)	(13)	(13)	(1.948)						
Total		(30.023)	(14.569)	(3.016)	(1.948)						
Obrigações por operações compromissadas											
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(527.189)	(630.001)	(72.086)	(27.648)						
Caixa Econômica Federal	-	-	(901)	(477)	(932)						
Total		(527.189)	(630.902)	(72.563)	(28.580)						
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)											
Banco BTG Pactual S.A.	13/08/2018	(161.299)	(508.200)	(37.080)	(67.339)						
Pessoal chave da administração	04/02/2021	(37.845)	(33.409)	(4.525)	(3.681)						
Total		(199.144)	(541.609)	(41.605)	(71.020)						
Instrumentos financeiros derivativos (h)											
Banco BTG Pactual S.A.	15/02/2022	13.399	351.450	(280.326)	124.447						
Total		13.399	351.450	(280.326)	124.447						
Outras obrigações											
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(19.927)	(14.759)	-	-						
Total		(19.927)	(14.759)	-	-						
Receita de prestação de serviços (i)											
Pan Seguros S.A.	-	-	-	58.081	49.252						
Total				58.081	49.252						
Despesa de pessoal (j)											
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(395)	(340)						
Total				(395)	(340)						
Outras despesas administrativas											
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(4.178)	(2.071)						
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(271)	(868)						
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(108)						
Tecban S.A.	-	-	-	(1.362)	(990)						
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(9.172)	(9.136)						
Total				(15.836)	(13.173)						
Resultado obtido na cessão de crédito											
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.104,548	1.633,727						
Total				2.104,548	1.633,727						

Posição comprada - Dólar
Swap
DDI
DOL
Total
Posição Vendida - Dólar
Swap
DDI
DOL
NDF
Total

• **Risco de liquidez**
O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente negociado em um prazo de alguma descontinuidade nos mercados.
São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.
O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos gaps de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

• **Risco operacional**
Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.
De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do artigo 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.
Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

• **Valor de mercado**
O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Consolidado				
Títulos e Valores Mobiliários	2.276.966	2.287.689	10.723	2.143.368
- Ajuste de títulos para negociação	71.479	71.479	-	5.239
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.051.517	1.051.517	-	948.518
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	1.153.970	1.164.693	10.723	1.198.611
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	19.082.919	21.668.429	2.585.510	17.325.766
Depósitos interfinanceiros	11.765.701	11.767.088	(1.387)	10.096.847
Depósitos a prazo	2.514.071	3.864.495	(1.350.424)	1.927.017
Recursos de emissão de títulos	3.155.708	3.061.879	(93.829)	4.004.143
Obrigações por empréstimos	134.101	134.101	-	154.730
Dívidas subordinadas	175.136	1.750.758	588	2.357.935
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			1.151.181	454.907

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:
- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
Em 04/05/2015, a PREVIC aprovou a retirada de patrocínio do Banco PAN no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição. No exercício findo em 31/12/2015, o montante da contribuição foi de R\$ 223 no Banco PAN e R\$ 230 no Consolidado.
Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2016 a R\$ 51.819 no Banco PAN e R\$ 71.222 no Consolidado (R\$ 36.072 no Banco PAN e R\$ 69.373 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2015).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) **Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:**

	Banco	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(400.126)	(155.964)
Alíquota efetiva (1) / (2)	45%	45%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	180.057	70.184
Efeito no cálculo dos tributos:		
Constituição de crédito tributário de CSLL (2)	-	119.873
Participação em controladas	(27.620)	(17.583)
Ajuste de crédito tributário de exercícios anteriores	-	-
Reclassificação entre empresas - Agio cisão total	-	(14.436)
Outros valores	10.451	5.978
Receita de Imposto de renda e contribuição social do exercício	162.888	164.016
(1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e demais segmentos; e (2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.		

b) **Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Banco
	Saldo em 31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.096.709
Provisão para contingências cíveis	63.690
Provisão para contingências trabalhistas	44.381
Provisão para contingências tributárias	1.597
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	13.576
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	56.341
Outras provisões	130.315
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.408.609
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.277.551
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (Nota 11)	2.686.160

	Banco
	Saldo em 31/12/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.190.930
Provisão para contingências cíveis	68.717
Provisão para contingências trabalhistas	56.311
Provisão para contingências tributárias	7.056
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	19.446
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	72.449
Outras provisões	150.165
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.565.074
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.496.211
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.061.285
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(93.798)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.967.487

c) **Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:**
A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2016, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de créditos tributários, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 06/02/2017.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Banco
	Saldo em 31/12/2016
Diferenças temporárias	1.604.463
Prejuízo fiscal e base negativa	1.408.609
Total	3.013.072

	Banco
	Saldo em 31/12/2015
Diferenças temporárias	1.604.463
Prejuízo fiscal e base negativa	1.408.609
Total	3.013.072

d) **Créditos tributários não ativados:**
Em 31/12/2016, o Banco PAN e o Consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.141.506 (31/12/2015 - R\$ 1.130.522 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 456.602 no Banco PAN e no Consolidado em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) **Obrigações fiscais diferidas:**

	Banco
	Saldo em 31/12/2015
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(10.167)
Varição cambial	(5.577)
Superveniência de depreciação	(83.631)
Total (Nota 21a - 32b)	(93.798)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 278.756 em 31/12/2016 (R\$ 277.656 em 31/12/2015);
b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
c) Em 31/12/2016 e 31/12/2015, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que facultou o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a facilidade prevista nesta Resolução;
e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de datação fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (artigo 9º, da Lei nº 9.430/96); e
g) O ano de 2016 foi um ano importante para o Banco PAN no segmento de veículos, pois o banco lançou uma nova plataforma e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos.

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, Brazilian Securities Companhia de Securitização e BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;
(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
(h) Referem-se às operações de Swap;
(i) Referem-se a comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros; e
(j) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores.

b) Remuneração dos administradores:
No Banco PAN, foi aprovado em Assembleia Geral Ordin



Banco Pan S. A.
 CNPJ/MF nº 59.285.411/0001-13
 Avenida Paulista, 1374
 16º andar - São Paulo - SP
www.bancopan.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pan S.A. Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pan S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
 Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – “PCLD” (Notas Explicativas 3f e 8)
 O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, sendo suas principais operações: (i) Crédito Direto ao Consumidor, (ii) Consignado, (iii) Veículos, (iv) Capital de giro, dentre outros, os quais são ainda objeto frequente de cessão a um de seus controladores, sem a retenção substancial de riscos e benefícios. A determinação do valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamento e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo, a política estabelecida busca capturar fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias, bem como as normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil - Resolução CMN nº 2682. Tendo em vista esses aspectos, esta área foi definida como foco em nossa avaliação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
 Análises dos desenhos e os controles relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados e sistemas subjacentes; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a PCLD com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis.

Consideramos que os julgamentos e critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em seus aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação
 O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação. Nos últimos anos, os principais sistemas do Banco e de suas controladas vêm sofrendo aprimoramentos que visam estabelecer uma estrutura de tecnologia adequada ao volume de transações do Grupo.

Embora sejam observáveis tais mudanças no ambiente de tecnologia e seus respectivos controles internos, os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas,

avaliamos as políticas e os procedimentos utilizados no ambiente de tecnologia da informação. Consideramos, entre outros, o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles de tecnologia e segurança da informação, julgados por nós relevantes e atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando requerido.

Em complemento aos procedimentos para os controles de tecnologia, checamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, os controles compensatórios, restrições de acessos e segregações de funções relacionados às aplicações dos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação.

Créditos tributários (Notas explicativas 3n e 32)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,2 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários de longo prazo. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro e revisada pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como deixar de atender aos requisitos do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras. Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a razoabilidade dessas estimativas de realização.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação das projeções de lucros tributários para realização dos créditos tributários são razoáveis em seus aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável

pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2017

 **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**
 CRC 2SP00160/O-5

Carlos Augusto da Silva
 Contador - CRC 1SP197007/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2016

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. (“Companhia” ou “Instituição”) apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 2º Semestre de 2016 de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê desenvolveu suas atividades em conformidade com o Plano de Trabalho 2016 submetido ao Conselho de Administração, sempre com o propósito de cumprir suas atribuições legais, tais como: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas das auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis e suas notas explicativas.

Para tanto, o Comitê considerou como base de suas análises informações colhidas nas reuniões realizadas com áreas estratégicas da Companhia e nos relatórios produzidos sobre a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizados pelas auditorias interna e independente, assim como no desempenho observado no Plano de Negócios. Os

questionamentos do COAUD à administração foram feitos com base nos possíveis impactos nos negócios da Instituição, decorrentes do comportamento da economia, comunicados de órgãos fiscalizadores e de eventos externos relacionados às operações praticadas.

Destaca que o Comitê foi informado que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: a eleição de um membro do conselho de administração da Stone Pagamentos S.A.; e as deliberações de aumento de capital na Pan Arrendamento Mercantil S.A. e na Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.. A política de cessão de créditos à acionista Caixa Econômica Federal foi mantida, todavia houve alteração e aprimoramento em sua metodologia. Informa que, em relação a expectativa de utilização de crédito tributário, este foi aprovado pelo Conselho de Administração. Da mesma forma, a auditoria independente se manifestou que os critérios, premissas e evidências adotados pela administração para - (i) o ambiente de tecnologia; (ii) os créditos tributários; e (iii) a provisão para créditos de liquidação duvidosa - seriam razoáveis. Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

acesso e segregação de função, que propiciou evidência para planejamento e execução do processo de exame de auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia; 3 - Crédito Tributário, em relação aos créditos ativos no valor de R\$ 3,3 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2017, conforme notas explicativas de nº 3n e 32; (b) nas reuniões com os auditores externos; (c) no relatório do Comitê de Auditoria, datado de 06 de fevereiro de 2017; e (d) na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia no decorrer do exercício de 2016, notadamente pela Diretoria de Controladoria e *Compliance*. O Conselho

a) Ocorreram significativos avanços com a implantação e aprimoramento dos sistemas tecnológicos. Observamos melhorias nos controles de segurança de dados e da informação. A administração mantém-se atenta e empenhada na correção dos apontamentos da autoridade supervisora e das auditorias;

b) A atuação das auditorias, interna e independente, tem-se mostrado compatível com o porte e características da Companhia, não se constatando fato ou evidência relevante que pudesse comprometer sua efetividade ou sua independência; e,

c) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da auditoria independente, foram elaborados conforme a regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo (SP), 06 de fevereiro de 2017.

Marcos Antonio Macedo Cintra - Presidente
Marcelo Yugue - Membro
Marcelo Terrazas - Membro

São Paulo, 06 de fevereiro de 2017.

Marcelo Adilson Tavarone Torresi
Paulo Roberto Salvador Costa
Fernando Antonio Ribeiro Soares

Fiscal é de opinião que esses documentos: (a) refletem adequadamente as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2016, a situação patrimonial e a posição financeira e (b) estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.